

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL

IDENTIFICAÇÃO DO PROCESSO			
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº	3.267/2012	EDITAL Nº	PP nº. 026/2012 – COHAB-LD
OBJETO:	Contratação de empresa jornalística e/ou prestadora de serviços especializados, para divulgação dos atos oficiais da COHAB-LD, de segunda à sexta-feira, em imprensa escrita, pelo período de 12 (doze) meses.		
NATUREZA:	Prestação de Serviços		
ORIGEM DAS SOLICITAÇÕES			
DIRETORIA ATENDIDA:	Seção de Licitações e Contratos – Diretoria Administrativo/Financeira.		
PEDIDO ATENDIDO:	Termo de Referência nº 111/2012.		
LOCAIS E DATAS DE PUBLICAÇÃO			
<ul style="list-style-type: none"> • Jornal Oficial do Município, Edição de 20/12/2012; • Folha de Londrina, Edição de 20/12/2012; • Página Oficial da COHAB-LD na Internet, de 20/12/2012 a 09/01/2013; e • Quadro de avisos da COHAB-LD, de 20/12/2012 a 09/01/2013. 			
DATAS RELATIVAS AO CERTAME			
<ul style="list-style-type: none"> • Consultas: até 48 (quarenta e oito) horas antes do recebimento das propostas; • Impugnações: até 5 (cinco) dias úteis antes do recebimento das propostas; • Protocolização dos envelopes: impreterivelmente até as 14h30min do dia 09/01/2013, na Seção de Licitações e Contratos da COHAB-LD; • Credenciamento dos representantes: das 14h30min às 15h00min do dia 09/01/2013; • Abertura e avaliação das propostas: dia 09/01/2013, após o credenciamento dos representantes; • PREGOEIRO(A): Eduardo Parreira da Veiga 			
ENDEREÇOS			
<p>ENDEREÇO ELETRÔNICO E TELEFONES PARA CONSULTAS: E-mail: compras@cohab.londrina.pr.gov.br – Fone: (43) 3315-2235 – Fax: (43) 3315-2232. Expediente: das 08h30min às 12h00min horas e das 14h00min às 17h30min</p> <p>RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS, CREDENCIAMENTO, ABERTURA E SESSÃO DE LANCES: Sala da Seção de Licitações e Contratos, situada na Rua Pernambuco, nº. 1002, Centro, Londrina/PR.</p>			
DOS ANEXOS INTEGRANTES DO EDITAL			
<p>Integram este Edital, como se nele estivessem transcritos, os anexos abaixo relacionados, dispostos na seguinte ordem:</p> <ul style="list-style-type: none"> Anexo I - Do Objeto e demais aspectos relacionados; Anexo II - Do Credenciamento, das Exigências da Proposta Comercial e da Habilitação; Anexo III - Modelos sugeridos de Declarações/Procurações; Anexo IV - Minuta do Contrato Administrativo; Anexo V - Modelo sugerido da Proposta Comercial; 			

A COMPANHIA DE HABITAÇÃO DE LONDRINA – COHAB-LD, pessoa jurídica de direito privado, torna público, através dos órgãos de divulgação constantes do preâmbulo deste Edital, que realizará processo licitatório na modalidade Pregão, na forma Presencial, do **TIPO MENOR PREÇO POR LOTE**, obedecidos os preços unitários por centímetro quadrado (cm²), visando à contratação de empresa jornalística e/ou prestadora de serviços especializados, para divulgação dos atos oficiais da COHAB-LD, de segunda à sexta-feira, em imprensa escrita, pelo período de 12 (doze) meses, conforme descrito no Anexo I deste Edital, cujas despesas serão providas com recursos próprios da COHAB-LD.

O processo será realizado em conformidade com a Lei nº. 10.520, de 17 de julho de 2002, o Decreto Municipal nº 123, de 19 de fevereiro de 2008, a Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993, esta aplicada subsidiariamente, e a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, além dos termos deste Edital.

Os interessados deverão protocolar 2 (dois) envelopes na Seção de Suprimentos da COHAB-LD, na Rua Pernambuco, nº 1.002, Centro, Londrina/PRO, **até as 14h30min do dia 09 de janeiro de 2013**, sob pena de, não o fazendo, ser impedido de participar do certame.

Caso não haja expediente na data originalmente estabelecida, ficam os procedimentos automaticamente transferidos para o primeiro dia útil subsequente, nos mesmos horários fixados anteriormente.

1. DAS DISPOSIÇÕES E RECOMENDAÇÕES PRELIMINARES

1.1. Poderão participar do certame todos os interessados do ramo de atividade pertinente ao objeto licitado que preencherem as condições de credenciamento exigidas neste Edital. O(A) Pregoeiro(a) efetuará a avaliação do ramo de atividade através do Contrato Social ou de outro documento oficial que indique o ramo de atividade do licitante.

1.2. Os licitantes que tenham manifestado interesse no certame poderão protocolar pedido de esclarecimento sobre o Edital em até 02 (dois) dias úteis anteriores à data fixada para o recebimento das propostas, no endereço e horário discriminado no preâmbulo deste instrumento. O(A) Pregoeiro(a) deverá responder ao pedido apresentado em até 24 (vinte e quatro) horas. Caso a resposta ao pedido de esclarecimento importe em alteração do Edital, será designada nova data para a realização do certame, exceto quando a alteração, inquestionavelmente, não afetar a formulação das propostas.

1.3. Qualquer cidadão é parte legítima para impugnar este Edital, devendo, neste caso, protocolar pedido até 5 (cinco) dias úteis antes da data fixada para a abertura da licitação, devendo, o(a) Pregoeiro(a) julgar e responder à impugnação em até 3 (três) dias úteis. Caso a resposta ao pedido de impugnação importe em alteração do Edital, será designada nova data para a realização do certame, exceto quando a alteração, inquestionavelmente, não afetar a formulação das propostas.

2. DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

2.1. Poderão participar da presente licitação as **pessoas jurídicas** regularmente constituídas e em pleno funcionamento que preencherem os requisitos exigidos neste Edital e seus Anexos.

2.2. Os interessados em participar da presente licitação, poderão oferecer proposta em quaisquer dos lotes descritos no Anexo I deste Edital, desde que pertinente ao seu ramo de atuação, **não sendo necessária a participação em todos os lotes.**

2.3. Estarão impedidos de participar de qualquer fase do processo, os licitantes que se enquadrem em uma ou mais das situações a seguir:

- I - Licitante declarado inidôneo para licitar junto a qualquer órgão ou entidade da Administração Direta ou Indireta no âmbito Federal, Estadual e Municipal, sob pena de incidir no previsto no parágrafo único do art. 97 da Lei nº 8.666/93 e suas alterações;
- II - Empresas que estejam constituídas sob a forma de consórcio;
- III - Empresa que tenha como sócio(s) servidor(es) ou dirigente(s) de órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação.

3. DO CREDENCIAMENTO E APRESENTAÇÃO DOS ENVELOPES

3.1. O credenciamento dos representantes será feito das **14h30min às 15h00min do dia 09 de janeiro de 2013**. O representante legal e o procurador deverão identificar-se exibindo documento oficial de identificação que contenha foto.

3.2. Será admitido apenas **01 (um)** representante para cada licitante credenciado, sendo que cada um deles poderá representar apenas um único licitante.

3.3. A ausência do Credenciado, em qualquer momento da sessão, importará a imediata exclusão do licitante por ele representado, salvo sob autorização expressa do(a) Pregoeiro(a).

3.4. Os documentos de credenciamento serão retidos pela Equipe de Pregão e juntados ao processo administrativo. No caso de apresentação de documento original, será providenciada a cópia e autenticação pela própria Equipe de Apoio somente em relação aos documentos pessoais do representante credenciado.

3.5. Somente poderão participar da fase de lances verbais os representantes devidamente credenciados.

3.5.1. A empresa que tenha apresentado proposta, mas não esteja devidamente representada, terá sua proposta acolhida, porém não poderá participar das rodadas de lances verbais.

3.6. Os envelopes contendo as propostas comerciais e os envelopes contendo a documentação de habilitação deverão ser entregues fechados (e indevassáveis) na data e horário previsto no preâmbulo deste Edital e, na seguinte forma:

ENVELOPE DA PROPOSTA:

- **RAZÃO SOCIAL E CNPJ DO LICITANTE**
- **PREGÃO Nº PP- 026/2012-COHAB-LD**
- **ENVELOPE Nº 1 – PROPOSTA COMERCIAL**
- **ENTREGA DO ENVELOPE:** (Colocar o horário máximo permitido para entrega).
- **ABERTURA DO ENVELOPE:** (Colocar a data e horário da abertura).
- **OBJETO:** Descrever o objeto constante do presente Edital.

ENVELOPE DA DOCUMENTAÇÃO:

- **RAZÃO SOCIAL E CNPJ DO LICITANTE**
- **PREGÃO Nº PP-026/2012-COHAB-LD**
- **ENVELOPE Nº 2 – DOCUMENTAÇÃO**
- **OBJETO:** Descrever o objeto constante do presente Edital.

3.7. O envelope nº 1 deverá conter todos os requisitos exigidos para a proposta comercial, enquanto que o envelope nº 2 deverá conter a documentação para fins habilitatórios.

3.8. No ato da entrega dos envelopes ao(à) Pregoeiro(a), o licitante deverá entregar, também e separadamente, Declaração de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação (art. 4º, inciso VII, Lei 10.520/2002), podendo utilizar-se do modelo constante no **item 2 do Anexo III** do presente Edital.

4. DO OBJETO

4.1. O objeto da presente licitação está descrito no Anexo I deste Edital, onde constam para o seu entendimento:

- I - A especificação e informações atinentes;
- II - O preço máximo e fonte de recursos;
- III - A forma de fornecimento e a sistemática de entrega e recebimento dos bens;
- IV - Os trâmites para pagamento; e
- V - As penalidades.

4.2. Os serviços a serem prestados deverão ser de BOA QUALIDADE, obedecer às normas e padrões a que estiverem sujeitos (ABNT, INMETRO, dentre outros)m, a fim de atender eficazmente às finalidades que dele(s) se espera, conforme determina o Código de Defesa do Consumidor.

4.3. A prestação de serviços para publicação impressa dos atos oficiais da COHAB-LD, conforme descrito no Anexo I deste Edital, deverá ser realizada parceladamente, de acordo com a necessidade apresentadas pela Companhia, obedecido o prazo de vigência contratual, condicionado ao envio das matérias desejadas pela COHAB-LD com as respectivas datas para publicação, pela via digital (*e-mail*) ou mediante ofício, e aprovação do orçamento a ser enviado pela empresa contratada.

5. DA CONDUÇÃO DO CERTAME PELO PREGOEIRO

5.1. O certame será conduzido pelo(a) Pregoeiro(a), que terá, em especial, as seguintes atribuições:

- I - Recebimento dos envelopes das propostas de preços e da documentação de habilitação;
- II - Credenciamento dos interessados;
- III - Abertura dos envelopes das propostas de preços, o seu exame e a classificação dos licitantes;
- IV - Condução dos procedimentos relativos aos lances e à escolha da proposta ou do lance de menor preço;
- V - A abertura dos envelopes contendo os documentos de habilitação das propostas selecionadas;
- VI - Adjudicação da proposta de menor preço;
- VII - Elaboração de ata;
- VIII - Condução dos trabalhos da equipe de apoio;
- IX - Recebimento, exame e a decisão sobre recursos ou, se necessário, encaminhamento à autoridade superior; e
- X - Encaminhamento do processo devidamente instruído, após a adjudicação, à autoridade superior, visando à homologação e à contratação.

6. DOS PROCEDIMENTOS DO PREGÃO – ANÁLISE E CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS

6.1. A análise das propostas pelo(a) Pregoeiro(a) visará ao atendimento às condições estabelecidas neste Edital e seus anexos, sendo desclassificadas as propostas:

- I - Cujo objeto não atenda as especificações, prazos e condições fixados no Edital;
- II - Que apresentem preço baseado exclusivamente em proposta das demais licitantes; e/ou
- III - Que apresentem preço com valor acima do preço máximo previsto no Edital.

6.2. As propostas serão verificadas quanto à exatidão das operações aritméticas que conduziram ao valor total orçado, procedendo-se às correções no caso de eventuais erros, tomando-se como corretos os preços unitários. As correções efetuadas serão consideradas para apuração do valor total da proposta.

6.3. As propostas classificadas serão selecionadas para a **etapa de lances verbais**, com observância dos seguintes critérios:

- I - Seleção da proposta de menor preço e das demais com preços **até 10% (dez por cento) superiores** àquela;
- II - Não havendo pelo menos 03 (três) preços na condição definida no inciso anterior, serão selecionadas as propostas que apresentarem os menores preços, até o máximo de 03 (três);
- III - No caso de empate nos preços, serão admitidas todas as propostas empatadas, independentemente do número de licitantes.

7. DOS PROCEDIMENTOS DO PREGÃO – SESSÃO PÚBLICA/LANCES

7.1. Após a fase de “Classificação das Propostas”, o(a) Pregoeiro(a) dará seqüência ao processo de Pregão, passando para a fase da “Sessão Pública”, da qual só poderão participar os licitantes que tiverem suas propostas classificadas na fase anterior.

7.1.1. Na fase da “Sessão Pública”, os representantes dos licitantes deverão estar presentes na sala de licitações para a etapa de lances. A ausência do representante do licitante, no horário previsto no preâmbulo deste Edital, indicará que não há interesse deste na formulação de lances.

7.1.2. Após as devidas orientações e recomendações, o(a) Pregoeiro(a) convidará, individualmente, os autores das propostas selecionadas a formular lances de forma sequencial, a partir do autor da proposta de maior preço e os demais em ordem decrescente de valor, decidindo-se por meio de sorteio no caso de empate de preços.

7.1.3. O licitante sorteado em primeiro lugar poderá escolher a posição na ordenação de lances em relação aos demais empatados, e assim sucessivamente até a definição completa da ordem de lances.

7.1.4. A desistência do licitante em apresentar lance verbal, quando convocado pelo(a) Pregoeiro(a), implicará na sua exclusão da etapa de lances, mantendo-se o último preço apresentado pelo licitante para efeito de ordenação das propostas.

7.1.5. Os lances deverão ser formulados em valores distintos e decrescentes, inferiores à proposta de menor preço, observada a redução mínima entre os lances estipulada no **subitem 7.1.6**, aplicável inclusive em relação ao primeiro.

7.1.6. O valor mínimo admitido para redução entre os lances será estabelecido pelo(a) Pregoeiro(a), na própria Sessão de Lances, em comum acordo com os licitantes aptos a formularem os lances.

7.1.7. Não poderá haver desistência dos lances ofertados, sujeitando-se o proponente desistente às penalidades constantes no art. 7º da Lei Federal 10.520/2002, aplicada subsidiariamente a Lei Federal nº 8.666/1993.

7.1.8. A etapa de lances será considerada encerrada quando todos os participantes declinarem da formulação de lances.

7.2. Por força da Lei Complementar nº 123/2006, será considerado “**empate**”, quando, ao final da etapa de lances, a licitante que esteja competindo na condição de **microempresa (ME) ou de empresa de pequeno porte (EPP)** tenha apresentado seu último lance com valor até **5% (cinco por cento)** acima do lance mais bem classificado de uma empresa não enquadrada, hipótese em que serão utilizados os seguintes critérios e procedimentos:

7.2.1. A microempresa ou empresa de pequeno porte que tenha apresentado o lance com menor preço será comunicada “na sessão pública” pelo(a) Pregoeiro(a) para que apresente, caso queira, lance inferior ao mais bem classificado, no prazo máximo de 5 (cinco) minutos;

7.2.2. Uma vez que a microempresa ou a empresa de pequeno porte apresente lance de valor inferior, será classificada em primeiro lugar e declarada vencedora;

7.2.3. Haverá a preclusão do direito caso a microempresa ou empresa de pequeno porte manifeste desinteresse em reduzir o valor do lance, ou não o apresente no prazo estabelecido no **subitem 7.2.1**, ou não esteja presente na sessão pública;

7.2.4. Não ocorrendo a contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte na forma anterior, serão convocadas as remanescentes que, porventura, se situem no intervalo de 5%, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;

7.2.5. Caso haja equivalência entre os valores apresentados pelas microempresas ou empresa de pequeno porte que estejam empatadas, realizar-se-á sorteio para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta;

7.2.6. Não havendo a contratação nos termos previstos anteriormente, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame;

7.2.7. Caso restem classificadas em 1º lugar mais de uma proposta com valores nominais idênticos, e uma delas for microempresa ou empresa de pequeno porte, o desempate se dará com o tratamento favorecido à microempresa ou empresa de pequeno porte, condicionado ao oferecimento de nova proposta de valor inferior àquele originalmente proposto;

7.2.8. Caso restem classificadas em primeiro lugar mais de uma proposta formulada por microempresa ou empresa de pequeno porte, juntamente com uma ou mais propostas de empresas não classificadas desta forma, deverá ocorrer sorteio entre as propostas apresentadas pelas microempresas ou empresa de pequeno porte, para que a sorteada exerça o direito de oferecer nova proposta de valor inferior;

7.2.9. Não havendo redução de preço, será declarada vencedora a proposta que originalmente se encontrava em primeiro lugar.

7.3. No caso de não existirem lances verbais, serão considerados válidos os valores obtidos na etapa de “Abertura das Propostas”, desde que verificada a conformidade entre a proposta escrita de menor preço e o valor estimado para a contratação, podendo, ainda, o (a) Pregoeiro(a) negociar diretamente com o licitante, visando obter reduções adicionais de preços. Havendo empate na proposta escrita e não sendo ofertados lances verbais, a classificação será efetuada por sorteio, na mesma sessão.

7.4. Declarada encerrada a etapa de lances e classificadas as ofertas na ordem crescente de valor, o (a) pregoeiro(a) examinará a aceitabilidade do preço das três primeiras classificadas, decidindo-se motivadamente a respeito.

8. DOS PROCEDIMENTOS DO PREGÃO – ANÁLISE DOS DOCUMENTOS

8.1. Ao final da etapa de lances, o(a) Pregoeiro(a) procederá à abertura do envelope contendo os documentos de habilitação da empresa com a proposta de menor preço, para confirmação das suas condições habilitatórias, conforme exigências previstas no **item 3** do Anexo II deste Edital.

8.1.1. As microempresas e empresas de pequeno porte deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição.

8.1.2. Havendo alguma restrição nos documentos de regularidade fiscal da microempresa ou empresa de pequeno porte, será assegurado o **prazo de 2 (dois) dias úteis**, contados a partir do momento em que o licitante for declarado vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da COHAB-LD, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa, sob pena de decair do direito à contratação.

8.1.3. Ultrapassado o prazo previsto no **subitem 8.1.2**, o licitante decairá do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei Federal nº. 10.520/2002, aplicada subsidiariamente a Lei Federal nº 8.666/1993, sendo facultado à COHAB-LD convocar o licitante remanescente, na ordem de classificação para a assinatura do contrato ou revogar a licitação.

8.2. Se o licitante desatender às exigências habilitatórias, o(a) Pregoeiro(a) examinará a proposta ou o lance subsequente, verificando a sua compatibilidade e a habilitação do(a) participante, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta ou lance que atenda ao Edital.

8.2.1. Também nessa etapa, o(a) Pregoeiro(a) poderá negociar com o(a) participante para que seja obtido preço melhor. O(a) Pregoeiro(a), observando o motivo do desatendimento às exigências habilitatórias, aplicará as penalidades previstas no art. 7º da Lei Federal nº 10.520/02, aplicada subsidiariamente a Lei Federal nº 8.666/1993.

8.3. A empresa classificada em primeiro lugar, cuja documentação atenda às exigências habilitatórias, obriga-se a fornecer, no prazo máximo de 1 (um) dia útil após o encerramento da sessão pública de realização do pregão, **nova Proposta contendo Planilha de Formação de Preços**, com os devidos valores unitários e totais, nos exatos termos e valores da proposta declarada vencedora, podendo ser dispensada a critério do(a) Pregoeiro(a) quando a nova planilha tratar-se apenas de uma nova relação dos preços unitários e totais.

8.4. Constatando-se o atendimento das exigências fixadas neste Edital, o objeto será adjudicado ao(s) autor(es) da proposta ou lance de **MENOR PREÇO GLOBAL POR LOTE, respeitados os preços unitários por centímetro quadrado (cm²)**.

8.5. O(A) Pregoeiro(a) poderá, em qualquer fase da licitação, promover diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, vedada, nesta fase, a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originalmente da proposta.

9. DOS CRITÉRIOS DE JULGAMENTO

9.1. Para julgamento será adotado o critério de **MENOR PREÇO GLOBAL POR LOTE, respeitados os preços unitários por centímetro quadrado (cm²)**, observadas as especificações e demais condições estabelecidas neste Edital.

9.1.1. O julgamento será pelo preço total do lote, no entanto, a divulgação do resultado da licitação deverá apresentar o preço unitário por centímetro quadrado de cada lote objeto deste Edital.

9.2. Para fins de julgamento, serão considerados os preços com até 02 (duas) casas decimais, sendo descartadas as casas decimais excedentes, procedendo-se o devido ajuste no preço global.

9.3. Serão desclassificadas as propostas que permanecerem com os preços propostos acima do preço máximo previsto no Edital.

9.4. Serão igualmente desclassificadas as propostas que não atenderem às exigências contidas neste Edital, que forem omissas ou vagas, que impuserem condições diferentes das dispostas no presente, ou que contiverem preços ou execução condicionados a prazos, descontos, vantagens de qualquer natureza aqui não previstas, inclusive financiamentos subsidiados, bem como preço ou vantagem baseados nas propostas das demais licitantes, ou que apresentarem irregularidades ou defeitos capazes de dificultar o julgamento, como também aquelas que apresentarem alternativas.

9.5. Não serão aceitas propostas com preços de valor zero, irrisórios ou manifestamente inexequíveis.

10. DOS RECURSOS

10.1. Declarado o vencedor do certame, qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer.

10.2. Após a manifestação imediata, o licitante terá **prazo de 03 (três) dias** para a apresentação das razões de recurso, ficando desde logo intimados os demais licitantes para apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr do término de prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

10.3. A falta de manifestação imediata e motivada do licitante, no final de cada Sessão, importará na preclusão do direito de recurso e a adjudicação do objeto da licitação pelo(a) Pregoeiro(a) à vencedora.

10.4. Não serão conhecidos as impugnações e os recursos apresentados fora do prazo legal e/ou subscritos por representante não habilitado(a) legalmente ou não identificado(a) no processo para responder pelo(a) licitante.

10.5. A manifestação do recurso deverá ser, obrigatoriamente, registrada em ata, bem como conter a síntese das razões do recorrente.

10.6. Não será concedido prazo para recursos sobre assuntos meramente protelatórios ou quando não justificada a intenção de interpor o recurso pelo(a) licitante.

10.7. O(s) recurso(s) contra as decisões do(a) Pregoeiro(a) **não terão efeito suspensivo**, podendo ser dado prosseguimento ao processo até à homologação, ficando vedada a aquisição/contratação sem que haja a decisão do recurso.

10.7.1. Caso não seja dado provimento ao(s) recurso(s) interposto(s) contra decisão do(a) Pregoeiro(a), o processo terá sua continuidade a partir do último ato executado.

10.7.2. Caso seja dado provimento ao(s) recurso(s) interposto(s) contra decisão do(a) Pregoeiro(a), os atos afetados pela decisão deverão ser retificados, em especial aqueles que alterem o resultado do certame e, por consequência, os atos de adjudicação e homologação.

10.8. O acolhimento de recurso importará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

10.9. O recurso será dirigido ao Diretor Presidente da COHAB-LD, por intermédio do(a) Pregoeiro(a) e sua equipe de Apoio, o qual poderá reconsiderar a sua decisão.

10.10. Caso não seja reconsiderada a decisão, o(a) Pregoeiro(a) deverá encaminhar o(s) recursos(s), devidamente informado(s), ao Diretor Presidente da COHAB-LD, que deverá proferir sua decisão.

10.11. Decidido(s) o(s) recurso(s), o Diretor Presidente da COHAB-LD, no mesmo ato, procederá à adjudicação do objeto da licitação à empresa vencedora do certame, se for o caso.

11. DA HOMOLOGAÇÃO

11.1. Encerrada a etapa de recursos o(a) Pregoeiro(a) deverá emitir o relatório do certame, indicando as ocorrências desde a sua abertura até o seu término, encaminhando-o ao Diretor Presidente da COHAB-LD para decisão final quanto à homologação do processo licitatório.

11.2. Homologada a licitação pelo Diretor Presidente da COHAB-LD, o processo retornará ao(a) Pregoeiro(a), para continuidade do processo, na forma do Edital.

12. DA FORMALIZAÇÃO DO INSTRUMENTO CONTRATUAL

12.1. As obrigações decorrentes desta Licitação serão formalizadas através de Contrato Administrativo, cuja minuta encontra-se prevista no Anexo IV, observadas as condições estabelecidas neste Edital, a legislação vigente e a(s) proposta(s) vencedora(s), independentemente de transcrição de qualquer parte do seu texto.

12.2. O Contrato Administrativo deverá ser emitido contendo, no mínimo, as seguintes condições:

- I - O objeto e seus elementos característicos;
- II - O preço contratado, recurso financeiro e condições de pagamento;
- III - A forma, o prazo e o local da prestação dos serviços e/ou fornecimento dos bens;
- IV - O prazo de execução do objeto e vigência contratual;

- V - O recebimento do objeto e a fiscalização do contrato;
- VI - A indicação do respectivo processo licitatório e os anexos contratuais;
- VII - As obrigações da contratada e da COHAB-LD;
- VIII - Os casos de rescisão e sanções administrativas.

12.3. Após a homologação do certame pela autoridade superior, o licitante vencedor será convocado para assinar o Contrato no **prazo de até 5 (cinco) dias úteis** contados do comprovante de recebimento da convocação, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital e na legislação pertinente, podendo solicitar prorrogação desse prazo por igual período, por motivo justo e aceito pela COHAB-LD.

12.4. Se o licitante vencedor, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, não celebrar o Contrato, é facultado à COHAB-LD, examinando e verificando a aceitabilidade das propostas subseqüentes, na ordem de classificação e, observado o direito de preferência para as microempresas e empresas de pequeno porte, proceder à contratação, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas na Lei Federal nº. 10.520/2002, aplicada subsidiariamente a Lei Federal nº. 8.666/1993.

12.4.1. A recusa injustificada do vencedor do certame em assinar o termo administrativo, dentro do prazo estabelecido, equivale ao **inadimplemento total do contrato**, ficando sujeito à multa contratual prevista na minuta do **Anexo IV**, além das penalidades previstas na legislação pertinente.

12.5. A assinatura do Contrato deverá ser realizada pelo representante legal da empresa ou por mandatário com poderes expressos.

12.6. É vedada a subcontratação parcial do objeto e a cessão ou transferência total ou parcial do Contrato, a quem não atenda as condições de habilitação e sem prévia autorização da COHAB-LD.

13. DISPOSIÇÕES FINAIS

13.1. O Diretor Presidente da COHAB-LD poderá revogar a presente licitação, no todo ou em parte, por razões de interesse público, derivadas de fato superveniente comprovado ou anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante ato escrito e fundamentado. A COHAB-LD poderá, ainda, prorrogar, a qualquer tempo, os prazos para recebimento das propostas ou para sua abertura.

13.2. O licitante é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados, em qualquer fase da licitação. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará na imediata desclassificação do licitante que o tiver apresentado, ou, caso tenha sido o vencedor, na rescisão do Contrato ou do pedido de compra, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

13.3. É facultado ao(à) Pregoeiro(a), ou à autoridade a ele(a) superior, em qualquer fase da licitação, promover diligências com vistas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo. Os licitantes intimados para prestar quaisquer esclarecimentos adicionais deverão fazê-lo no prazo determinado pelo(a) Pregoeiro(a), sob pena de desclassificação e/ou inabilitação.

13.4. O desatendimento de exigências formais, não essenciais, não importará no afastamento do licitante, desde que seja possível a aferição da sua qualificação e a exata compreensão da sua proposta.

13.5. As normas que disciplinam o presente processo licitatório serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os licitantes e da busca pela proposta mais vantajosa para a Administração Pública, desde que não comprometam o interesse da COHAB-LD, a finalidade e a segurança da contratação.

13.6. As decisões referentes a este processo licitatório poderão ser comunicadas aos licitantes por qualquer meio de comunicação que comprove o recebimento ou, ainda, mediante publicação no Jornal Oficial do Município.

13.7. Os casos não previstos neste Edital serão decididos pelo(a) Pregoeiro(a).

13.8. A participação do(a) licitante neste Pregão implica em aceitação de todos os termos deste Edital.

13.9. Quaisquer informações, esclarecimentos ou dados fornecidos verbalmente por funcionários da COHAB-LD, inclusive membros da equipe de apoio, não serão considerados nem aceitos como argumentos para impugnações, reclamações, reivindicações, etc., por parte dos licitantes. Qualquer informação ou esclarecimento deverá ser solicitado por escrito através do endereço constante no preâmbulo deste Edital.

13.10. São partes integrantes deste Edital os seguintes anexos:

Anexo I - Do Objeto e demais aspectos relacionados;

Anexo II - Do Credenciamento, as exigências da Proposta Comercial e da Habilitação;

Anexo III - Modelos sugeridos de Declarações/Procurações;

Anexo IV - Minuta do Contrato Administrativo;

Anexo V - Modelo sugerido da Proposta Comercial;

Londrina, 14 de dezembro de 2012.

EDGARD CORTES DE FIGUEIREDO
Diretor Administrativo-Financeiro

PAULO RENATO MATTIUZ DE CARVALHO
Diretor Presidente

Vistado sob o aspecto formal, nos termos do Artigo 38, da Lei Federal N° 8.666/93 e alterações.

ANEXO I

DO OBJETO E DEMAIS ASPECTOS RELACIONADOS

1. DO OBJETO:

1.1. Contratação de empresa jornalística e/ou prestadora de serviços especializados, para divulgação dos atos oficiais da COHAB-LD, de segunda à sexta-feira, em imprensa escrita, pelo período de 12 (doze) meses, conforme especificações e estimativas abaixo descritas:

LOTE 01:

Item	Descrição	Quantidade estimada (cm ²)	Preço máximo unitário (R\$)	Preço máximo total (R\$)
1	<p>Publicação de atos oficiais</p> <ul style="list-style-type: none"> • Mídia de circulação no município de Londrina/PR; • Publicação na página de "Classificados"; • Impressão em fonte "Times New Roman", tamanho "8"; • Tiragem mínima de 10.000 (dez mil) exemplares. • Impressão monocromática; <p>Quantidade de centímetros quadrados a serem utilizados durante o período de 12 (doze) meses: 10.000 cm².</p>	10.000	10,29	102.900,00

LOTE 02:

Item	Descrição	Quantidade estimada (cm ²)	Preço máximo unitário (R\$)	Preço máximo total (R\$)
1	<p>Publicação de atos oficiais</p> <ul style="list-style-type: none"> • Mídia de circulação nos municípios paranaenses com mais de 100.000 (cem mil) habitantes; • Publicação na página de "Classificados"; • Impressão em fonte "Times New Roman", tamanho "8"; • Tiragem mínima de 8.000 (oito mil) exemplares; • Impressão monocromática; • Quantidade de centímetros quadrados a serem utilizados durante o período de 12 	4.000	19,86	79.440,00

	<p>(doze) meses: 4.000 cm².</p> <ul style="list-style-type: none"> • <u>Além de Londrina, abrangência dos seguintes municípios:</u> <ul style="list-style-type: none"> ➤ Arapongas; ➤ Araruna; ➤ Assaí; ➤ Bela Vista do Paraíso; ➤ Cambé; ➤ Centenário do Sul; ➤ Colorado; ➤ Congoinhas; ➤ Florestópolis; ➤ Ibiporã; ➤ Itambaracá; ➤ Itambé; ➤ Jacarezinho; ➤ Jaguapitã; ➤ Jataizinho ➤ Marialva (Distrito de Cambuí); ➤ Nova América da Colina; ➤ Nova Santa Bárbara; ➤ Porecatu ➤ Primeiro de Maio; ➤ Rancho Alegre; ➤ Santa Cecília do Pavão; ➤ Santa Mariana (Distrito de Quinzópolis); ➤ Santo Antônio do Paraíso; ➤ São Jerônimo da Serra; ➤ São Pedro do Ivaí; ➤ São Sebastião da Amoreira; ➤ Tamarana; ➤ Uraí 			
--	--	--	--	--

1.2. Quando tratar-se de atos oficiais que envolvam questões afetas às unidades habitacionais localizadas nas cidades mencionadas no **LOTE 02** e caso a empresa vencedora para o referido lote não tenha circulação durante os dias da semana, as publicações destes, obrigatoriamente, deverão ser feitas aos sábados e/ou domingos, obedecido o preço proposto para as publicações de segunda à sexta-feira.

1.3. A empresa vencedora do **LOTE 01**, por ocasião da publicação do Balanço Patrimonial da COHAB-LD, o que deverá ocorrer, impreterivelmente, até o dia 15 de abril de cada ano, deverá fazer a composição da matéria do citado Balanço para publicação do mesmo junto ao Diário Oficial do Estado do Paraná, às suas expensas, obedecidas as especificações daquele órgão de imprensa, sendo que tal condição deverá constar da Proposta Comercial, sob pena de desclassificação.

1.4. A fonte "*Times New Roman*", e o tamanho "*8*", mencionada nos **LOTES 01 e 02**, poderá ser alterada, a pedido da COHAB-LD, de acordo com as suas necessidades.

1.5. Embora as contratações referentes aos **LOTES 01 e 02** visem à prestação de serviços de publicação a serem realizadas de segunda à sexta-feira, quando necessário, a futura contratada deverá fazê-lo aos sábados e/ou domingos, sem nenhum custo adicional para a COHAB-LD.

2. DOS PREÇOS MÁXIMOS

2.1. Para fins de formulação de proposta, será levado em conta o **MENOR PREÇO GLOBAL POR LOTE, respeitados os preços unitários por centímetro quadrado (cm²)**.

2.2. Os preços a serem apresentados deverão incluir todas as despesas, encargos e tributos pertinentes para cada execução do serviço, independentemente da quantidade que venha a ser solicitada, considerando que cada execução é única, e o valor contratado será válido enquanto estiver em vigor o contrato.

2.3. O Valor estimado a ser gasto com previsão para um **período de 12 (doze) meses** será de **R\$ 182.340,00 (cento e oitenta e dois mil, trezentos e quarenta reais)**, conforme discriminado no subitem 1.1.

2.4. Em havendo prorrogação, os valores iniciais do contrato serão retomados para o novo período de 12 (doze) meses. Não haverá cumulação com o saldo do período anterior.

3. FONTE DE RECURSOS

3.1. As despesas decorrentes do presente serão suportadas com recursos próprios da COHAB-LD.

4. DA FORMA DE EXECUÇÃO

4.1. O objeto da presente licitação deverá ser executado em conformidade com os termos do Edital.

4.2. A publicação das matérias estará condicionada ao envio, pela COHAB-LD, através de seus diversos setores usuários, do texto devidamente revisado, à empresa a ser contratada, por meio eletrônico/digital (*e-mail*) ou impresso (ofício), onde constarão informações da data da publicação e em qual esfera de abrangência deverá ser feita a publicação.

4.3. A empresa a ser contratada deverá ser responsável pela composição/tabulação da matéria, fielmente baseada no texto/documento enviado pela COHAB-LD.

4.4. A publicação ficará condicionada ao envio de orçamento da empresa a ser contratada e a aprovação do respectivo valor pela COHAB-LD, respeitados os preços pactuados no Contrato Administrativo a ser firmado entre ambas.

4.5. A empresa a ser contratada fica obrigada a enviar à COHAB-LD, no mínimo, 2 (duas) cópias impressas do jornal, por matéria publicada, onde constem as publicações requisitadas, no prazo máximo de 2 (dois) dias após a data da publicação.

4.6. A execução do objeto contratado deverá ser efetuada dentro dos requisitos de QUALIDADE e SEGURANÇA, em conformidade com as condições constantes deste Edital e seus anexos, obedecerem às normas e padrões da ABNT, INMETRO, dentre outros, atender eficazmente às finalidades que dele naturalmente se espera, conforme determina o Código de Defesa do Consumidor e demais normas e legislação pertinente e em vigência.

5. DO RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS

5.1. Os serviços prestados serão conferidos pelos setores respectivamente responsáveis pelo envio das matérias, quando do recebimento dos jornais impressos, conforme descrito no **subitem 4.5** deste Anexo I e procederão ao encaminhamento das notas fiscais referentes a tais publicações à Seção de Suprimentos, a qual procederá aos trâmites para pagamento.

5.2. Constatando-se que a publicação feita não corresponde às especificações exigidas, a COHAB-LD entrará em contato com a empresa a ser contratada, que se responsabilizará pela publicação no dia seguinte, da matéria correta ou de eventual errata, sob pena de aplicação de penalidades previstas no **item 8** deste Anexo I.

5.3. A empresa a ser contratada ficará responsável, ainda:

- I - Pelos encargos trabalhistas, previdenciários, acidentários, fiscais, administrativos e civis, em função da execução do objeto desse Edital;
- II - Pelas perdas e danos oriundos dos serviços executados, suportando os prejuízos resultantes da negligência ou má gestão do serviço;
- III - Por refazer, por sua conta exclusiva, sem quaisquer ônus para a COHAB-LD, os serviços rejeitados, não aceitos por má execução ou por inobservância das especificações descritas nas requisições que lhe forem encaminhadas.

5.4. Os serviços, objeto deste Edital deverão ser entregues acompanhados de notas fiscais distintas, ou seja, constando o número do Contrato Administrativo, o Processo Licitatório que lhe deu origem, as especificações dos serviços, o valor total e o local da publicação, além das demais exigências legais.

5.5. Cada etapa da prestação de serviços de publicação dos atos oficiais somente será considerada concluída após a constatação das respectivas publicações, por meio previsto no **subitem 4.5** deste Anexo I, e mediante aprovação por parte dos setores solicitantes dos referidos serviços.

6. DO PAGAMENTO

6.1. O pagamento será realizado em **até 5 (cinco) dias úteis** após o recebimento das respectivas Notas Fiscais/Faturas, devidamente aceitas pela Fiscalização do Contrato e pelos setores solicitantes dos serviços.

6.2. A Nota Fiscal/Fatura que for apresentada com erro será devolvida à empresa a ser contratada, para retificação ou substituição, sendo que os trâmites para o pagamento reiniciarão a partir da data de sua reapresentação.

6.3. O pagamento será efetuado após a comprovação de que a empresa contratada encontra-se regular com os recolhimentos junto ao INSS e ao FGTS, mediante consulta “*on-line*” ao sistema de controle da Caixa Econômica Federal e Instituto Nacional do Seguro Social.

7. DO PRAZO DE EXECUÇÃO, VIGÊNCIA, E DA PRORROGAÇÃO.

7.1. O prazo de execução contratual será de **12 (doze) meses** contados a partir da assinatura do termo contratual.

7.2. A vigência contratual terá início a partir da data de assinatura do contrato, com a devida publicação do seu extrato na imprensa oficial e se estenderá por 60 (sessenta) dias após o término do prazo de execução.

7.3. Considerando que o presente objeto deve ser executado continuamente, sem interrupção, dada a constante necessidade de publicação dos atos oficiais na imprensa escrita, visando não interromper os diversos serviços essenciais que a COHAB-LD presta à população, conforme estabelece seu estatuto, o prazo de execução poderá ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos de 12 (doze) meses, na forma estabelecida pela Lei Federal nº 8.666/1993, de acordo com interesse e necessidade da COHAB-LD.

8. DAS PENALIDADES

8.1. O atraso injustificado na execução do objeto contratado implica no pagamento de multa de 0,1% (um décimo por cento) por dia de atraso, limitada a 2% (dois por cento) ou 20 (vinte) dias de atraso, calculada **sobre o valor da parcela em atraso** e/ou do valor correspondente ao orçamento aprovado para publicação da(s) matéria(s) que ensejar(em) o inadimplemento, isentando em consequência a COHAB-LD de quaisquer acréscimos, sob qualquer título, relativos ao período em atraso. A partir do vigésimo primeiro dia de atraso na entrega **será considerada a inexecução total do objeto**.

8.2. Havendo atraso de pagamento, pagará a COHAB-LD a contratada multa correspondente a 0,1% (um décimo por cento) por dia de atraso, limitada a 9% (nove por cento) **do valor da parcela em atraso**.

8.3. A inexecução parcial do ajuste ou a execução parcial em desacordo com o presente Contrato implica no pagamento de multa de 10% (dez por cento) calculada **sobre o valor total do Contrato**.

8.4. A inexecução total do ajuste ou execução total em desacordo com o presente Contrato implica no pagamento de multa de 20% (vinte por cento), calculada **sobre o valor total do Contrato**.

8.5. A recusa injustificada da empresa vencedora em assinar o Contrato, aceitar ou responder ao e-mail de solicitação de publicação enviado pela COHAB-LD, após o prazo estabelecido, para efeitos de aplicação de multa, equivale à **inexecução total da sua obrigação**.

8.6. A aplicação de multa, a ser determinada pela **COHAB-LD**, após regular procedimento que garanta a prévia defesa¹ da empresa inadimplente, não exclui a possibilidade de aplicação da sanção prevista no Art. 7º² da Lei 10.520/2002 e alterações, aplicada subsidiariamente a Lei Federal nº. 8.666/1993.

¹ Nenhuma sanção será aplicada sem o devido processo administrativo, assegurada a defesa prévia do interesse e recurso nos prazos definidos em lei, sendo-lhes franqueada vista ao processo.

² “*Quem, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios e, será descredenciado no SicaF, ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do Art. 4º da Lei 10.520/02, pelo prazo de até 5 (cinco) anos.*”

ANEXO II

DAS EXIGÊNCIAS DA PROPOSTA COMERCIAL E DA HABILITAÇÃO

1. DO CREDENCIAMENTO

1.1. Para o **CREDENCIAMENTO**, deverão ser apresentados os seguintes documentos:

- I - Tratando-se de representante legal, **o estatuto social, contrato social ou outro instrumento de registro comercial, registrado na Junta Comercial** ou outro órgão competente de acordo com a legislação aplicável, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura;
- II - Tratando-se de procurador, a **procuração por instrumento público ou particular**, da qual constem poderes específicos para formular lances, negociar preço, interpor recursos, desistir de sua interposição e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame, acompanhada do correspondente documento, dentre os indicados no inciso anterior, que comprove os poderes do mandante para a outorga. O modelo encontra-se no **item 7 do Anexo III** deste Edital;
- III - **Declaração de Inexistência de Fatos Impeditivos**. O modelo da presente encontra-se no **item 1 do Anexo III** deste Edital;
- IV - **Declaração de Cumprimento dos Requisitos de Habilitação**. O modelo da presente encontra-se no **item 2 do Anexo III** deste Edital;
- V - Tratando-se de **microempresa e empresas de pequeno porte**, para usufruir do tratamento diferenciado concedido pela Lei Complementar nº. 123/2006, estas deverão apresentar a **Certidão expedida pela Junta Comercial** conforme consta no art. 8º da Instrução Normativa DNRC nº 103/2007, acompanhada da **DECLARAÇÃO** de que se enquadra como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte nos termos do art. 3º da Lei Complementar n.º 123/2006. O modelo da presente encontra-se no **item 3 do Anexo III** deste Edital;

2. DA PROPOSTA COMERCIAL

2.1. O envelope 1 (um) da licitação deverá conter a **PROPOSTA COMERCIAL**, elaborada considerando os seguintes requisitos:

- I - Ser preenchida, sem emendas, entrelinhas, ressalvas ou borrões que possam prejudicar a sua inteligência e autenticidade, podendo ser elaborada nos moldes do modelo sugerido no **Anexo V**, por meio mecânico ou em papel com timbre do licitante, e deverá conter:
 - a) O nome da empresa, CNPJ, Inscrição Estadual (se houver), endereço completo e telefone para contato;
 - b) Conter o preço unitário, por centímetro quadrado, bem como o preço total por Lote em que esteja concorrendo, para a prestação de serviços objeto desta licitação, obedecidos os preços máximos fixados no **item 1** do Anexo I, já inclusos os custos, encargos, tributos e todas as demais despesas diretas e indiretas necessárias para a execução dos referidos serviços;
 - c) Condições de pagamento: A COHAB-LD efetuará o pagamento em até 5 (cinco) dias úteis após o recebimento das respectivas Notas Fiscais/Faturas, devidamente aceitas pela Fiscalização do Contrato e pelos setores solicitantes dos serviços;
 - d) Condições da prestação de serviços: Os serviços de publicação a serem prestados estarão condicionados ao envio das matérias desejadas pela COHAB-LD com as respectivas datas

para publicação, pela via digital (*e-mail*) ou mediante ofício, e aprovação do orçamento a ser enviado pela empresa contratada a esta Companhia;

- e) Prazo de prestação de serviços e/ou vigência contratual: O prazo de prestação dos serviços de publicidade de atos oficiais da COHAB-LD, objeto desta contratação, é de 12 (doze) meses a partir da assinatura do Contrato e a vigência contratual iniciará a partir da data de assinatura do Contrato e terminará 60 (sessenta) dias após a conclusão do prazo de prestação de serviços;
- f) Validade da proposta: 60 (sessenta) dias, contados a partir da data prevista para abertura dos envelopes;
- g) A declaração da proponente de conhecer e acatar as condições e normas inseridas no Edital e seus Anexos, bem como aceitá-las para todos os efeitos legais e, ainda, que se responsabiliza pela composição da matéria relativa ao Balanço Patrimonial da COHAB-LD, impreterivelmente até o dia 15 de abril de cada ano, para publicação no Diário Oficial do Estado do Paraná, com todas as despesas necessárias às suas expensas;
- h) Assinatura do representante legal do Licitante.

II - **Declaração de Inexistência de Fatos Impeditivos.** O modelo da presente encontra-se no **item 1 do Anexo III** deste Edital;

III - **Declaração de Cumprimento dos Requisitos de Habilitação.** O modelo da presente encontra-se no **item 2 do Anexo III** deste Edital;

IV - Tratando-se de **microempresa e/ou empresa de pequeno porte**, para usufruir do tratamento diferenciado concedido pela Lei Complementar nº. 123/2006, estas deverão apresentar a **Certidão expedida pela Junta Comercial** conforme consta no art. 8º da Instrução Normativa DNRC nº 103/2007, acompanhada da **DECLARAÇÃO** de que se enquadra como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte nos termos do art. 3º da Lei Complementar n.º 123/2006. O modelo da presente declaração encontra-se no **item 3 do Anexo III** deste Edital;

2.2. A omissão da indicação na proposta das **alíneas “c”, “d”, “e” e “f” do inciso I do subitem 2.1 deste Anexo II**, não acarretará na desclassificação da proposta, mas implicará na aceitação das condições estabelecidas neste Edital.

2.3. A não apresentação de qualquer dos documentos constantes nos **incisos “I”, “II” e “III” do subitem 2.1 deste Anexo II** acarretará na imediata **DESCLASSIFICAÇÃO** da proposta da licitante, salvo o exposto no **subitem 2.2** acima, considerando as observações dispensáveis na proposta comercial.

2.4. A não apresentação da documentação descrita no **inciso “IV” do subitem 2.1 deste Anexo II** não acarretará na desclassificação da proposta, porém, o licitante não gozará dos benefícios previstos na Lei Complementar nº. 123/2006.

2.5. Ficará dispensado da apresentação da documentação prevista nos **incisos “II”, “III” e “IV” do subitem 2.1 deste Anexo II**, caso o licitante já a tenha apresentado no momento do CREDENCIAMENTO, conforme previsto no **subitem 1.1 deste Anexo II**.

2.6. É **DOCUMENTO ESPECÍFICO** para este certame, devendo, também, constar do envelope 1 (um), **documento que comprove a quantidade mínima de tiragem/circulação**, conforme exigência para cada lote deste Edital, através de documento expedido pelo **IVC – Instituto Verificador de Circulação**, sob pena de desclassificação.

3. DA HABILITAÇÃO

3.1. O envelope 2 (dois) da licitação deverá conter os documentos necessários à **HABILITAÇÃO** neste certame, sendo obrigatória a apresentação de:

- I - Prova de ramo de atividade compatível com o objeto licitado, por meio do ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor e suas últimas alterações que importaram em modificações do objeto social, do capital e da administração da empresa e lhe conferiram a feição atual, se houver devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos da eleição de seus administradores;
- II - Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ;
- III - Prova de regularidade junto à Seguridade Social (INSS), mediante apresentação da Certidão Negativa de Débito (CND);
- IV - Prova de regularidade com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, mediante apresentação do Certificado de Regularidade do FGTS – CRF, conforme Lei Federal nº 8.036/90;
- V - Prova de regularidade junto a Fazenda Federal, mediante apresentação da certidão conjunta negativa de débitos relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;
- VI - Prova de regularidade fiscal com a Fazenda Estadual, mediante apresentação da Certidão Negativa de Débitos de Tributos Estaduais;
- VII - Prova de regularidade fiscal com a Fazenda Municipal, devendo ser mediante apresentação de Certidão Negativa que envolva todos os tributos (**Mobiliários e Imobiliários**), expedida como segue:
 - a) Pelo Município do domicílio ou sede da licitante e, também;
 - b) Pelo Município de Londrina, quando a licitante possuir domicílio ou sede em outro Município, de acordo com o Decreto Municipal nº 242, de 23/05/2001. Todavia, se o proponente não possuir imóvel ou estabelecimento nesta cidade de Londrina, poderá substituir a referida certidão por uma Declaração, firmada sob penas da lei, podendo ser utilizado o modelo constante no **item 4 do Anexo III** deste Edital;
- VIII - Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, nos termos da Lei nº. 12.440/2011;
- IX - Certidão Negativa de Falência e/ou Concordata, expedida pelo Cartório Distribuidor da sede da empresa licitante;
 - a) Em caso de Certidão Positiva, deverão ser apresentadas as competentes Certidões Narrativas/Explicativas referente a cada ação judicial, ficando sujeita(s) à análise e aprovação do(a) Pregoeiro(a) e sua Equipe de Apoio;

Obs.: As Certidões Narrativas/Explicativas deverão ser apresentadas com validade máxima de 60 (sessenta) dias, contados de sua expedição até a data de abertura dos envelopes.
- X - Declaração que não possui em seu quadro permanente menor de 18 anos de idade em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, nem menor 16 anos de idade, em trabalho de qualquer natureza, exceto na condição de menor aprendiz, a partir de 14 anos de idade, em cumprimento ao disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal/1988, podendo ser utilizado o modelo constante no **item 5 do Anexo III** deste Edital;
- XI - Declaração “Sócio que assinará o Contrato”, podendo ser utilizado o modelo constante no **item 6 do Anexo III** deste Edital. O referido documento visa unicamente tornar mais ágil o andamento do processo, sendo que sua não apresentação, não implicará na inabilitação do proponente;

4. CONSIDERAÇÕES SOBRE A DOCUMENTAÇÃO

4.1. Os documentos referidos no **itens 1 a 3** deste Anexo poderão ser apresentados em original, cópia autenticada ou publicação em órgão da imprensa oficial. A aceitação das certidões, quando emitidas através da Internet, ficam condicionadas à verificação de sua validade e são dispensadas de autenticação.

4.2. A documentação de que trata o **itens 1 a 3** deste Anexo deverá estar dentro do prazo de validade na data prevista para abertura das propostas no preâmbulo deste Edital, e em nenhum caso será concedido prazo para apresentação de documentos de habilitação que não tiverem sido entregues na sessão própria, bem como não será permitida documentação incompleta, protocolo ou quaisquer outras formas de comprovação que não sejam as exigidas neste Edital. **Não serão aceitas certidões que contenham ressalvas de que “não são válidas para fins licitatórios”.**

4.3. Caso os documentos referidos nos **itens 1 a 3** deste Anexo não mencionem o prazo de validade, será considerado o prazo de 60 (sessenta) dias contados de sua emissão.

4.4. Para fins do disposto na **alínea “b” do inciso VII do subitem 3**, deste Anexo, define-se como estabelecimento, qualquer local onde são exercidas atividades inscritas no Cadastro Municipal de Contribuintes de Londrina (artigo 108 da Lei Municipal nº 7303/97 – Código Tributário Municipal). A falsa declaração do licitante, para fins do disposto no mesmo inciso, implicará na sua desclassificação no procedimento administrativo competente, além das implicações da legislação penal.

4.5. Caso a licitante seja a matriz, todos os documentos apresentados deverão estar em nome da matriz. Caso seja a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles que, pela própria natureza ou por determinação legal, forem comprovadamente emitidos apenas em nome da matriz ou cuja validade abranja todos os estabelecimentos da empresa.

ANEXO III

MODELOS SUGERIDOS
(Declarações e Procurações)

1. DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATOS IMPEDITIVOS;

DECLARAÇÃO

A empresa licitante _____, inscrita no CNPJ nº. _____ com domicílio (ou sede) na cidade de _____, Estado _____, endereço _____ através de seu representante legal (no caso de pessoa jurídica) _____, inscrito no CPF sob nº. _____, **DECLARA**, sob as penas da lei e para os fins de participação no Pregão Presencial nº PP-026/2012-COHAB-LD, que, até esta data, **INEXISTEM FATOS IMPEDITIVOS DE HABILITAÇÃO E CONTRATAÇÃO COM A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA** e que está ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores, bem como que tem pleno conhecimento de todos os aspectos relativos à licitação em causa e plena concordância com as condições constantes no presente Edital de Licitação e seus anexos. Declara, ainda, que esta empresa cumpre plenamente os **requisitos de habilitação** exigidos no procedimento licitatório, na modalidade PREGÃO PRESENCIAL Nº PP-026/2012, instaurado pela COHAB-LD.

Por ser verdade, firmamos a presente declaração.

Local e data

Assinatura

Nome do Licitante ou Representante Legal

2. DECLARAÇÃO DE QUE CUMPRE PLENAMENTE OS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO;

DECLARAÇÃO

A empresa licitante _____, inscrita no CNPJ nº. _____ com domicílio (ou sede) na cidade de _____, Estado _____, endereço _____ através de seu representante legal (no caso de pessoa jurídica) _____, inscrito no CPF sob nº. _____, **DECLARA**, sob as penas da lei e para os fins de participação no Pregão Presencial nº PP-026/2012-COHAB-LD, que **CUMPRE PLENAMENTE OS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO** e, entrega, juntamente com a presente, o envelope contendo a indicação do objeto e preços oferecidos, além do envelope contendo as documentações habilitatórias do referido Edital.

Por ser verdade, firmo a presente.

Local e data.

Assinatura

Nome do Licitante ou Representante Legal

3. DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE;

DECLARAÇÃO

A empresa licitante _____, inscrita no CNPJ nº. _____ com domicílio (ou sede) na cidade de _____, Estado _____, endereço _____ através de seu representante legal (no caso de pessoa jurídica) _____, inscrito no CPF sob nº. _____, DECLARA, sob as penas da lei, ciente das sanções administrativas cabíveis e para os fins de participação no Pregão Presencial nº PP-026/2012-COHAB-LD, ser **MICROEMPRESA (ME) ou EMPRESA DE PEQUENO PORTE (EPP)** nos termos de legislação vigente, não possuindo nenhum dos impedimentos previstos no §4º do artigo 3º da LC nº 123/06.

Por ser verdade, firmo a presente.

Local e data.

Assinatura

Nome do Licitante ou Representante Legal

Observações:

- Esta declaração poderá ser preenchida somente pela licitante enquadrada como ME ou EPP, nos termos da LC nº. 123/2006;
- A não apresentação desta declaração será interpretada como não enquadramento da licitante como ME ou EPP, nos termos da LC nº 123/2006, ou a opção pela não utilização do direito de tratamento diferenciado.

4. DECLARAÇÃO NÃO POSSUI ESTABELECIMENTO NEM PROPRIEDADE IMÓVEL NO MUNICÍPIO DE LONDRINA (SOMENTE PARA LICITANTES COM DOMICÍLIO EM OUTRA CIDADE);

DECLARAÇÃO

A empresa licitante _____, inscrita no CNPJ nº. _____ com domicílio (ou sede) na cidade de _____, Estado _____, endereço _____ através de seu representante legal (no caso de pessoa jurídica) _____, inscrito no CPF sob nº. _____, DECLARA, sob as penas da lei e para os fins de participação no Pregão Presencial nº PP-026/2012-COHAB-LD, que **não possui estabelecimento nem propriedade imóvel no Município de Londrina**.

Por ser verdade, firmo a presente.

Local e data.

Assinatura

Nome do Licitante ou Representante Legal

5. DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DO DISPOSTO NO INCISO XXXIII, ART. 7º DA CF;

DECLARAÇÃO

A empresa licitante _____, inscrita no CNPJ nº. _____ com domicílio (ou sede) na cidade de _____, Estado _____, endereço _____ através de seu representante legal (no caso de pessoa jurídica) _____, inscrito no CPF sob nº. _____, **DECLARA**, sob as penas da lei e para os fins de participação no Pregão Presencial nº PP-026/2012-COHAB-LD, que **não possui** em seu quadro permanente, profissionais menores de 18 (dezoito) anos desempenhando trabalhos noturnos, perigosos ou insalubres ou menores de 16 (dezesesseis) anos desempenhando quaisquer trabalhos, salvo os contratados sob condição de aprendizes, a partir de 14 (quatorze) anos, nos termos do inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal de 1988 (Lei n.º 9.854/99).

Por ser verdade, firmo a presente.

Local e data.

Assinatura

Nome do Licitante ou Representante Legal

6. DECLARAÇÃO “SÓCIO QUE ASSINARÁ O CONTRATO”;

DECLARAÇÃO

DECLARO, sob as penas da lei e para os devidos fins, que os sócios proprietários (ou quem o estatuto de constituição societária designar) da empresa licitante _____, inscrita no CNPJ nº. _____ com domicílio (ou sede) na cidade de _____, Estado _____, endereço _____ são os Srs. _____ (nomes completos)_____.

Declaro ainda, que, no caso desta empresa ser vencedora do certame promovido pelo Pregão Presencial nº. PP-026/2012-COHAB-LD, a pessoa que assinará o instrumento contratual será o(a) Sr(a). _____ (nome completo) _____ (nacionalidade) _____, (profissão) _____, residente e domiciliado(a) na cidade de _____, portador(a) do RG n.º _____ e do CPF n.º _____.

Por ser verdade, firmo a presente.

Local e data.

Assinatura

Nome do Licitante ou Representante Legal

7. PROCURAÇÃO;

PROCURAÇÃO

Pelo presente instrumento particular de procuração e pela melhor forma de direito, a empresa licitante _____, inscrita no CNPJ nº. _____ com domicílio (ou sede) na cidade de _____, Estado _____, endereço _____ através de seu representante legal (no caso de pessoa jurídica) _____, portador da CI/RG nº. _____ e inscrito no CPF sob nº. _____, residente e domiciliado em _____, **nomeia e constitui seu bastante procurador**, o Sr. _____, estado civil, profissão, portador da CI/RG n.º _____, e do CPF n.º _____, a quem são conferidos poderes para representar a empresa outorgante no Pregão Presencial n.º PP-026/2012-COHAB-LD, instaurado pelo COHAB-LD, em especial para firmar declarações e atas, apresentar ou desistir da apresentação de lances verbais, negociar os valores propostos, interpor ou desistir da interposição de recursos e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame acima indicado.

Local e data.

Assinatura

Nome do Responsável pela Outorga

ANEXO IV

MINUTA DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº... – PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA DIVULGAÇÃO DE ATOS OFICIAIS, QUE ENTRE SI CELEBRAM A COMPANHIA DE HABITAÇÃO DE LONDRINA – COHAB-LD E A EMPRESA...

PREGÃO PRESENCIAL Nº 026/2012 – COHAB-LD.

Pelo presente Instrumento Particular de Contrato, de um lado, como CONTRATANTE, a **COMPANHIA DE HABITAÇÃO DE LONDRINA - COHAB-LD**, pessoa jurídica de direito privado, constituída sob a forma de sociedade de economia mista pela Lei Municipal nº 1.008 de 26 de agosto de 1965, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 78.616.760/0001-15, com sede nesta cidade de Londrina, Estado do Paraná, na Rua Pernambuco nº 1.002, Centro, neste ato, representada por seus Diretores Presidente e Administrativo/Financeiro, (*qualificar os Diretores*), ambos residentes e domiciliados nesta cidade de Londrina, Estado do Paraná, ao final assinados, doravante denominada simplesmente **COHAB-LD** e, de outro lado, a empresa (*qualificar a empresa*), neste ato representada por seu representante (*qualificar o representante*), doravante denominada simplesmente **CONTRATADA**, nos termos do Pregão Presencial nº 026/2012-COHAB-LD, fundamentado na Lei Federal nº 10.520/2002 e subsidiariamente pela Lei Federal nº 8.666/1993 e suas alterações, que, ao final, este subscrevem, têm entre si justo e convencionado o presente Contrato, nas seguintes Cláusulas e Condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO E SUAS ESPECIFICAÇÕES

Constitui objeto deste Contrato a prestação de serviços para divulgação, em imprensa escrita, dos atos oficiais da COHAB-LD, conforme descrito na Cláusula Terceira deste Contrato.

Parágrafo Único. O texto de cada matéria a ser publicada deverá ser fornecido pela COHAB-LD, sendo que algumas já serão encaminhadas no formato para publicação e outras deverão ser compostas para tal, notadamente quando se tratar de matérias judiciais (editais de citação, intimação, notificação, etc.).

CLÁUSULA SEGUNDA - DOS ANEXOS CONTRATUAIS

Fazem parte integrante deste Contrato, os seguintes documentos, como se nele estivessem transcritos:

- I - Edital de PREGÃO n.º PP-026/2012-COHAB-LD e seus anexos;
- I - Proposta da CONTRATADA, datada de... dede 2012 e lance verbal efetuado durante a reunião, conforme ATA DE REUNIÃO datada de ... de ... de 2012.

§ 1º. Os documentos mencionados nesta Cláusula são considerados suficientes para, em conjunto com este Contrato, definir o seu objeto e a sua perfeita execução.

§ 2º. Havendo dúvidas ou divergências entre os anexos e este Contrato, as mesmas serão objeto de acordo entre as partes.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PREÇO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

Pela prestação de serviços objeto deste Contrato, a COHAB-LD pagará à CONTRATADA até o valor a seguir discriminado, de forma parcelada e obedecido o valor unitário em centímetro quadrado (cm²), de acordo com as matérias publicadas, após o recebimento das Notas Fiscais/Faturas relativas a cada publicação:

(descrever o(s) Lote(s) contratado(s))

§ 1º. O valor estimado a ser gasto com o presente contrato, para um período de 12 (doze) meses, é de R\$ ____ (____).

§ 2º. Em havendo prorrogação, os valores iniciais do contrato serão retomados para o novo período de 12 (doze) meses. Não haverá cumulação com o saldo do período anterior.

§ 3º Nos preços constantes nesta Cláusula já estão inclusos os custos, encargos, tributos e todas as demais despesas diretas e indiretas necessárias para a prestação dos referidos serviços;

§ 4º. Constatando-se a prestação dos serviços, de forma satisfatória, a COHAB-LD efetuará o pagamento **até 5 (cinco) dias úteis** após o recebimento da Nota Fiscal/Fatura devidamente aceita pela Fiscalização do Contrato.

§ 5º. O pagamento somente será efetuado após a comprovação de que a CONTRATADA se encontra em dia com o INSS e FGTS, mediante consulta “on-line” ao sistema de controle da Caixa Econômica Federal e Instituto Nacional do Seguro Social.

CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS E VIGÊNCIA CONTRATUAL

Prazo de prestação de serviços e/ou vigência contratual: O prazo de prestação de serviços, conforme descrito na Cláusula Terceira é de 12 (doze) meses, contados a partir da assinatura do Contrato e a vigência contratual iniciará a partir da data da referida assinatura e terminará 60 (sessenta) dias após a conclusão da prestação dos referidos serviços.

CLÁUSULA QUINTA - DA POSSIBILIDADE DE PRORROGAÇÃO DO CONTRATO

O prazo de prestação dos serviços contratados e a vigência do presente Contrato poderão ser prorrogados nas hipóteses previstas na Lei Federal nº. 8.666/1993, e também quando houver necessidade e interesse da COHAB-LD, desde que preenchidos os requisitos legais.

CLÁUSULA SEXTA – DO RECEBIMENTO E FISCALIZAÇÃO

A Fiscalização deste Contrato será feita por funcionários da COHAB-LD previamente designados por Portaria, os quais farão a verificação dos serviços e se os mesmos foram executados conforme as especificações constantes no processo que deu origem ao presente Contrato, encaminhando a Nota Fiscal à Seção de Licitações e Contratos para que esta faça a remessa ao Contas a Pagar para que seja procedido o pagamento na forma da Cláusula Terceira.

I - No desempenho de suas atividades é assegurado ao órgão fiscalizador o direito de verificar a perfeita execução do presente ajuste em todos os termos e condições;

II - A fiscalização por parte da COHAB-LD não eximirá ou reduzirá em nenhuma hipótese, as responsabilidades da CONTRATADA em eventual falta que venha a cometer, mesmo que não indicada pela fiscalização;

§ 1º. Caberá a fiscalização do Contrato:

I - O acompanhamento do cumprimento das obrigações por parte da CONTRATADA, conforme descrito na Cláusula Sétima deste Contrato;

II - O acompanhamento, aceitação, recebimento e constatação da adequação do objeto contratado às especificações constantes do processo que deu origem à Ordem de Serviços;

III - Exercer rigoroso controle do cumprimento do Contrato, em especial quanto à quantidade e qualidade, fazendo cumprir a lei e as disposições do presente Contrato;

IV - Averiguar da regularidade fiscal da CONTRATADA, principalmente em relação aos recolhimentos trabalhistas (FGTS, INSS, etc) e impostos e taxas junto ao Município de Londrina.

§ 2º. Entende-se como Fiscais do Contrato, os funcionários pertencente à COHAB-LD, devidamente designados e nomeados por Portaria para acompanhamento do fornecimento do objeto do presente Contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Além das naturalmente decorrentes deste instrumento, são obrigações da CONTRATADA, durante todo o prazo de vigência contratual:

- I - Compor/tabular as matérias, baseando-se fielmente nos textos enviados pela COHAB-LD;
- II - Enviar à COHAB-LD o orçamento relativo a cada publicação de matérias, respeitando o preço e as especificações avençadas e aguardar a devida aprovação dos setores solicitantes;
- III - Compor o Balanço Patrimonial para publicação no Diário Oficial do Estado do Paraná, até o dia 15 de abril de cada ano, às suas expensas (*caso vencedora do LOTE 01*);
- IV - Fornecer, no mínimo 02 (dois) exemplares da edição do Jornal, relativo ao dia da publicação da matéria enviada pela COHAB-LD, em até 02 (dois) dias contados da data da publicação;
- V - Publicar quando solicitado pela COHAB-LD, matérias na edição de sábado, sem nenhum ônus para a COHAB-LD, respeitados os preços propostos para segunda à sexta-feira;
- VI - Cumprir os prazos e as condições para publicação das matérias solicitadas pela COHAB-LD;
- VII - Responsabilizar-se pelos encargos e obrigações trabalhistas, securitárias, previdenciárias, fiscais e comerciais, resultantes da execução do contrato, relativos à mão-de-obra, bem como os decorrentes de responsabilidade civil em geral;
- VIII - Responsabilizar-se por qualquer dano ou prejuízo causado às instalações e ao pessoal da COHAB-LD ou terceiros, por funcionários ou pertences da CONTRATADA ou seus prepostos, correndo por sua conta exclusiva todas as providências e despesas decorrentes;
- IX - Aceitar nas mesmas condições de sua PROPOSTA, os acréscimos ou supressões das quantidades de centímetros quadrados que porventura se fizerem necessárias, a critério exclusivo da COHAB-LD, inclusive as supressões previstas no Art. 65, § 2º, II, da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.
- X - Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela COHAB-LD, ou por seus prepostos, incluindo dados técnicos e operacionais sobre o objeto;
- XI - Manter-se, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, as condições de HABILITAÇÃO e QUALIFICAÇÃO exigidas no Edital de PREGÃO n.º PP-026/2012-COHAB-LD e seus anexos;

Parágrafo único. Havendo divergências entre alguma disposição contida neste instrumento contratual, e no Edital de PREGÃO n.º PP-026/2012-COHAB-LD e seus anexos, será realizada avaliação para análise de qual prevalecerá, sempre visando à supremacia do interesse público.

CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DA COHAB-LD

Além das naturalmente decorrentes do presente contrato, constituem obrigações da COHAB-LD:

- I - Fornecer os textos, devidamente corrigidos e autorizados, à CONTRATADA;
- II - Aprovar os orçamentos enviados pela CONTRATADA;
- III - Pagar os valores devidos no prazo avençado;

IV - Acompanhar e fiscalizar a prestação dos serviços em suas etapas.

CLÁUSULA NONA - DAS PENALIDADES

O atraso injustificado na execução do objeto contratado implica no pagamento de multa de 0,1% (um décimo por cento) por dia de atraso, limitada a 2% (dois por cento) ou 20 (vinte) dias de atraso, calculada **sobre o valor da parcela em atraso** e/ou do valor correspondente ao orçamento aprovado para publicação da(s) matéria(s) que ensejar(em) o inadimplemento, isentando em consequência a COHAB-LD de quaisquer acréscimos, sob qualquer título, relativos ao período em atraso. A partir do vigésimo primeiro dia de atraso na entrega **será considerada a inexecução total do objeto**.

§ 1º. Havendo atraso de pagamento, pagará a COHAB-LD à CONTRATADA multa correspondente a 0,1% (um décimo por cento) por dia de atraso, limitada a 9% (nove por cento) **do valor da parcela em atraso**.

§ 2º. A inexecução parcial do ajuste ou a execução parcial em desacordo com o presente Contrato implica no pagamento de multa de 10% (dez por cento) calculada **sobre o valor total do Contrato**.

§ 3º. A inexecução total do ajuste ou execução total em desacordo com o presente Contrato implica no pagamento de multa de 20% (vinte por cento), calculada **sobre o valor total do Contrato**.

§ 4º. A recusa injustificada da empresa vencedora em assinar o Contrato, aceitar ou responder ao e-mail de solicitação de publicação enviado pela COHAB-LD, após o prazo estabelecido, para efeitos de aplicação de multa, equivale à **inexecução total da sua obrigação**.

§ 5º. A aplicação de multa, a ser determinada pela **COHAB-LD**, após regular procedimento que garanta a prévia defesa³ da empresa inadimplente, não exclui a possibilidade de aplicação da sanção prevista no art. 7º da Lei 10.520/2002 e alterações, aplicada subsidiariamente a Lei Federal nº. 8.666/1993.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA RESCISÃO

O presente instrumento contratual poderá ser rescindido:

I - A critério da COHAB-LD, quando a CONTRATADA:

- a) Subcontratar no todo ou em parte o objeto deste Contrato, sem prévia e expressa autorização da COHAB-LD;
- b) Não cumprir ou cumprir irregularmente qualquer obrigação contratual;
- c) Falir, dissolver a sociedade ou modificar sua finalidade de modo que, a juízo da COHAB-LD, prejudique a execução do Contrato;
- d) Outras hipóteses previstas no art. 78, da Lei 8.666/93;

II - Pela CONTRATADA, quando a COHAB-LD inadimplir quaisquer Cláusulas ou Condições estabelecidas neste Contrato;

III - Amigavelmente, por acordo entre as partes;

§ 1º. Ocorrendo motivo que justifique e aconselhe, atendido em especial interesse do COHAB-LD, poderá o presente Contrato ser rescindido por mútuo acordo, recebendo a CONTRATADA o valor pela

³ Nenhuma sanção será aplicada sem o devido processo administrativo, assegurada a defesa prévia do interesse e recurso nos prazos definidos em lei, sendo-lhes franqueada vista ao processo.

² “*Quem, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios e, será descredenciado no SicaF, ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 4º da Lei 10.520/02, pelo prazo de até 5 (cinco) anos.*”

execução do objeto até a data da rescisão, excluída sempre qualquer indenização por parte do COHAB-LD.

§ 2º. Quando a rescisão se der pelo motivo previsto no inciso II, persistirá a responsabilidade do COHAB-LD pelo pagamento do objeto executado e não pagos.

§ 3º. Quando a CONTRATADA der causa à rescisão do Contrato, além da multa prevista na Cláusula Nona, e demais penalidades cabíveis, fica sujeita a uma das seguintes sanções:

I - Advertência

II - Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a COHAB-LD, pelo prazo de até 02 (dois) anos.

§ 4º. A rescisão do Contrato, quando motivada por qualquer dos itens relacionados nesta Cláusula, implicará a apuração de perdas e danos e sujeitará a CONTRATADA à retenção dos créditos decorrentes deste Contrato até o limite dos prejuízos causados à COHAB-LD, sem embargos da aplicação das demais penalidades previstas neste instrumento e providências legais cabíveis.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DOS RECURSOS FINANCEIROS

As despesas decorrentes do presente Contrato serão suportadas com recursos próprios da COHAB-LD.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO FORO

As partes ficam obrigadas a responder pelo cumprimento deste Termo, perante o Foro da Comarca de Londrina, não obstante qualquer mudança de sede da CONTRATADA que, em razão disso, é obrigada a manter um representante com plenos poderes para receber notificação, citação inicial e outras medidas em direito permitidas.

E, por estarem justas e acertadas, assinam o presente contrato em 03 (três) vias de igual teor, na presença de 02 (duas) testemunhas.

LONDRINA, aos ___ de _____ de 20__.

Diretor Administrativo/Financeiro

Diretor Presidente

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

1.) _____ 2.) _____

Vistado sob o aspecto formal, nos termos do artigo 38, da Lei Federal N° 8.666/93 e alterações.

**ANEXO V
 MODELO SUGERIDO DE PROPOSTA DE PREÇOS**

EMPRESA:	CNPJ:
ENDEREÇO:	TELEFONE:
MUNICÍPIO:	INSC. ESTADUAL:

Pela prestação de serviços de publicidade, para publicação, em imprensa escrita, dos atos oficiais da COHAB-LD, apresentamos a nossa proposta de preços, conforme a seguir discriminado:

LOTE 01:						
Item	Un	Qtd.	Descrição dos Serviços	Preço Unitário Proposto (R\$/cm ²)	Preço Total Proposto (R\$)	Jornal
01	cm ²					

Valor total proposto para o lote 01: R\$. _____ (_____).

LOTE 02:						
Item	Un	Qtd.	Descrição dos Serviços	Preço Unitário Proposto (R\$/cm ²)	Preço Total Proposto (R\$)	Jornal
01	cm ²					

Valor total proposto para o lote 02: R\$. _____ (_____).

VALOR TOTAL DA PROPOSTA: R\$. _____.

Condições de Pagamento: de acordo com o disposto no Edital.
 Condições da prestação de serviços: de acordo com o disposto no Edital.
 Prazo da prestação de serviços e vigência contratual: de acordo com o disposto no Edital.
 Validade da Proposta: 60 (sessenta) dias, contados a partir da data prevista para abertura dos envelopes.

DECLARAÇÃO

A empresa signatária desta PROPOSTA declara conhecer e acatar as condições e normas inseridas no Edital de Pregão Presencial nº 026/2012 – COHAB-LD e seus anexos, bem como aceitá-las para todos os efeitos legais, e, ainda, aceita prestar os serviços de publicação dos atos oficiais dessa Companhia, nos prazos e condições estabelecidas no referido Edital.

Declara, ainda, que caso seja proponente pelo Lote 01, se responsabiliza pela composição da matéria relativa ao Balanço Patrimonial da COHAB-LD, impreterivelmente até o dia 15 de abril de cada ano, para publicação no Diário Oficial do Estado do Paraná, com todas as despesas necessárias às suas expensas.

Londrina, _____ de _____ de 2012.

 Assinatura do Representante Legal da Proponente